



Grãos de Integridade

Edição nº 05 - Nov/2024

Saiba mais sobre o Código de Conduta Ética e Integridade do MDA

PORTARIA MDA Nº 12, DE 17 DE MAIO DE 2024

Condutas esperadas dos agentes públicos* do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA):

Relacionamento com o Público

Em toda interação, durante o exercício de suas atividades, o agente público deve agir com **equilíbrio** e **isenção**, **respeitar os valores** da comunidade, **seguir protocolos**, **ser prudente**, **cortês** e **transparente**.

No **atendimento ao público** deve ser **ágil**, **respeitoso**, **claro** e **profissional**.

Art. 4º, § 2º Os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público poderão influenciar no conceito de sua vida funcional.



Convívio no Ambiente de Trabalho

Deve-se fomentar um ambiente de trabalho pautado na **cordialidade**, **respeito**, **equidade** e **colaboração**, independente de posições hierárquicas.

Agir sempre com **urbanidade** para garantir um ambiente harmonioso e livre de preconceitos, discriminação e assédio, de quaisquer naturezas.



Execução das Atividades

Ao executar as atividades que lhes são atribuídas, agir sempre com **isonomia**, **imparcialidade**, **impessoalidade**, **objetividade**, pautando-se pelo **conhecimento técnico**, atentando-se ao **cumprimento de prazos** e resguardando o **sigilo das informações** a que tem acesso.



***Agente público:** todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, preste serviços ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que não remunerado, inclusive os servidores em gozo de licença ou em período de afastamento.



Participação em Eventos Externos

A **participação em evento externo**, como seminários, congressos, visitas, reuniões técnicas etc., deve ser **preferencialmente custeada com recursos públicos***. Logo após o afastamento, deve-se **realizar a prestação de contas** nos prazos e formas determinados em normativos vigentes.

*Excepcionalmente, os afastamentos podem ser custeados por instituição privada. No entanto, a decisão caberá à autoridade máxima do órgão ou instância por esta designada, sempre em observância ao interesse público.

Uso da Autoridade do Cargo, Função ou Emprego

Exercer sua função, cargo ou emprego, com a finalidade **estritamente voltada ao interesse público**. É vedada a utilização do nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para a promoção de opinião, produto, serviço ou empresa própria ou de terceiros.



Recebimento de Presentes e outros Benefícios

É **vedado aceitar** ou **solicitar presentes** ou outros **benefícios***, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro agente público para o mesmo fim. Na impossibilidade de recusa ou devolução, deve-se comunicar à chefia e entregar ao setor responsável para registro e destinação legal.

*No art. 19, § 3º, você encontra a lista de itens que não caracterizam presentes.



Nepotismo

São vedadas as **nomeações, contratações ou designações para favorecer** um ou mais **parentes**, sejam por vínculo da consanguinidade ou da afinidade. Também é vedada a **contratação direta, sem licitação**, de **pessoa jurídica** que tenha **vínculo familiar** com determinados agentes* do MDA.

*Agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do MDA.





Conflito de interesses

O agente público que suspeitar ou identificar possível situação de **confronto entre interesse público e privado**, que implique em **prejuízo ao exercício da função pública** ou ao **interesse coletivo**, deverá formular consulta no **Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI)***.

*Ministros, cargos de natureza especial, dirigentes de estatais e ocupantes de cargos DAS níveis 6 e 5 ou equivalentes, devem encaminhar consulta, via peticionamento eletrônico, à Comissão de Ética Pública (CEP).

Sigilo da informação

É **vedado** ao agente público **disponibilizar**, por qualquer meio ou atividade, **informações que beneficiem particulares em detrimento do interesse público**.




Conduta na autoria de iniciativas e trabalhos

É dever do agente público **assumir a execução e autoria de seus trabalhos**, bem como respeitar as iniciativas apresentadas por outros pares, conferindo-lhes os respectivos créditos.

É **vedada a publicação ou divulgação**, em nome próprio, de dados, metodologias, programas de computador e outras **informações produzidas no exercício de suas atribuições funcionais**.



 As condutas que venham a configurar violação ao Código de Conduta Ética e Integridade do MDA serão apuradas, de ofício ou em razão de denúncias fundamentadas, pela Comissão Setorial de Ética do Ministério.

Leu o Código de Conduta do MDA e ficou com alguma dúvida?

Encaminhe mensagem para a Comissão de Ética:

 etica@mda.gov.br

A INTEGRIDADE FLORESCE NO ESFORÇO COLETIVO.